



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010407-14.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ariovaldo Aparecido Briliano**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Ariovaldo Aparecido Briliano** contra o **Estado de São Paulo**, sob o fundamento de que padece de neoplasia de cólon CID C18 e, em consequência, necessita – com urgência - do fármaco Bevacizumabe 370mg, sob pena de risco de agravamento do quadro e consequente óbito. Sustenta que, por ser economicamente hipossuficiente, não tem condições de adquirir o medicamento prescrito (fl.12) que custa, aproximadamente, R\$ 5.450 (fl. 22).

Juntou documentos às fls. 9-22.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 23-25.

Citada (fl.36), a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 38-42), na qual argumenta, em resumo, que: o medicamento é encontrado nos Centros de Tratamento em Oncologia nas unidades de Saúde (CACON's), e as Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON's) dispõem de recursos para assistência integral do paciente; o pedido visa atendimento especial e individualizado. Requer a improcedência da ação.

Houve réplica às fls. 47-50. O autor alega, em resumo, que: não houve fornecimento regular do medicamento no referido centro especializado; não busca tratamento individualizado, mas apenas a satisfação de seu direito constitucional à saúde. Em seguida, comunicou não ter recebido a medicação da forma satisfatória, pois



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

precisa de duas aplicações mensais (fl. 52).

A FESP solicitou prazo suplementar para cumprimento da tutela (fl.57), cujo pedido foi deferido (fl.58).

O autor comunicou a regularidade do fornecimento (fl. 62).

O Ministério Público opina pela procedência da ação (fls.66-69).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

No mérito, o pedido merece acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos ter em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa do documento juntado à fl. 9.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, não possuir condições financeiras para arcar com os custos do medicamento, tanto que assistido pela Defensoria Pública e a necessidade do fármaco foi atestada por médicos da Santa Casa local (fls. 16), que mantém convênio com o Município.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para a manutenção do fornecimento contínuo e por tempo indeterminado do fármaco Bevacizumabe 370mg, devendo o autor apresentar relatórios médicos semestrais, para confirmar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como as receitas médicas, sempre que solicitadas.

A requerida é isenta de custas, nos termos da lei.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 29 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**